

grará o orçamento do Município no exercício de 2020, como unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

**Art. 10.** As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por verba própria consignada no orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ourinhos, 13 de fevereiro de 2020.

**LUCAS POCAV ALVES DA SILVA**  
Prefeito Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo

### CONVOCAÇÃO

A Câmara Municipal de Ourinhos torna público que foi apresentado o **Projeto de Lei nº 05/2020, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Institui a Política de Educação Ambiental no Município de Ourinhos e dá outras providências**, e convoca a população em geral a participar das **Audiências Públicas Eletrônicas** a serem realizadas **virtualmente, ao vivo, pela Internet no site da câmara (www.camaraourinhos.sp.gov.br), pelos canais 5 e 13 da TV a Cabo, nos canais oficiais da Câmara no Facebook e no Youtube, nos seguintes dias e horários:**

**1ª – 26 de maio (terça-feira), das 10:30 às 11:30 horas;**

**2ª – 28 de maio (quinta-feira), das 10:30 às 11:30 horas.**

**A forma da Participação Popular nas audiências será garantida através dos canais da Ouvidoria da Câmara, conforme descritos abaixo:**

**Whatsapp: (14) 99770-8221**

**Telefone Ouvidoria: 0800 770 4364**

**E-mail: ouvidoria@camaraourinhos.sp.gov.br**

**Chat: Fale com nosso Ouvidor via Chat**

**SERÁ NECESSÁRIA A IDENTIFICAÇÃO DO MUNÍCIPE: NOME COMPLETO E R.G.**

Nessas ocasiões o referido projeto estará à disposição da comunidade, conforme preceituado no artigo 74 da Lei Orgânica do Município; artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; bem como no atendimento da Resolução Nº 05/2020, que dispõe sobre a realização de audiências públicas realizadas na sede do Poder Legislativo Municipal durante o período da pandemia do COVID-19.

### PROJETO DE LEI Nº 05/2020

*Institui a Política de Educação Ambiental no Município de Ourinhos e dá outras providências.*

### CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Art. 1º.** Fica instituída a Política Municipal de Educação Ambiental de Ourinhos, a ser executada em conformidade com os princípios, objetivos e determinações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

**Art. 2º.** Entende-se por Educação Ambiental os processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra.

**Art. 3.** A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação, devendo estar presente em âmbito municipal, de forma articulada e continuada, em todos os níveis e modalidades dos

processos educativos formal e não formal e modalidades de gestão ambiental.

**Art. 4º.** Como parte do processo educativo mais amplo no Município incumbe ao Poder Público definir e implementar a Educação Ambiental, no âmbito de suas respectivas competências, junto:

**I** - às instituições educativas das redes pública e privada de maneira transversal e interdisciplinar integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

**II** - aos meios de comunicação de massa de todos os setores por meio da educomunicação, de maneira ativa e permanente na construção de práticas socioambientais;

**III** - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas e empregadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

**IV** - ao setor privado permeando o licenciamento, assim como no planejamento e execução de obras, nas atividades, nos processos produtivos, nos empreendimentos e exploração de recursos naturais de qualquer espécie, sob o enfoque da sustentabilidade e da melhoria da qualidade ambiental e da saúde pública;

**V** - às organizações não-governamentais e movimentos sociais para estimular a formação crítica do cidadão no conhecimento e exercício de seus direitos e deveres constitucionais em relação à questão ambiental, à transparência de informações sobre a sustentabilidade socioambiental e ao controle social dos atos dos Setores Público e Privado;

**VI** - à sociedade como um todo através do controle social sobre as ações da gestão pública na execução das políticas públicas ambientais e atuação individual e coletiva voltadas para a prevenção, a identificação, minimização e solução de problemas socioambientais.

**Art. 5º.** São princípios básicos da Educação Ambiental:

**I** - o enfoque humanístico, sistêmico, democrático e participativo;

**II** - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

**III** - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter e transdisciplinaridade;

**IV** - a vinculação entre a ética, a educação, a saúde pública, comunicação, o trabalho e as práticas socioambientais;

**V** - a garantia de continuidade, permanência e articulação do processo educativo;

**VI** - a abordagem articulada das questões socioambientais locais, regionais, nacionais e globais;

**VII** - o respeito e valorização da pluralidade, da diversidade cultural;

**VIII** - a promoção do exercício permanente do diálogo e da cultura de paz.

**Art. 6º.** São objetivos fundamentais da Educação Ambiental no Município de Ourinhos:

**I** - construção de uma sociedade ecologicamente responsável;

**II** - desenvolver uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, históricos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

**III** - garantia da democratização das informações socioambientais, recuperação e melhoria do meio ambiente e na promoção da qualidade de vida e da sustentabilidade;

**IV** - o incentivo à participação permanente e responsável da comunidade na proteção, preservação e conservação do equilíbrio do meio ambiente;

**V** - o fortalecimento da integração entre ciência e tecnologia;

**VI** - fortalecer a cidadania, autodeterminação dos povos, a solidariedade e sustentabilidade como fundamentos para o futuro da humanidade.

**CAPÍTULO II**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**AMBIENTAL**  
**SEÇÃO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 7º.** A Política Municipal de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação instituições educacionais públicas e privadas do sistema de ensino, órgãos públicos do Município, organizações não governamentais com atuação em educação ambiental.

**Art. 8º.** As atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas em processos formativos, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I** - formação de recursos humanos:
- a) no sistema formal de ensino;
  - b) no sistema não formal de ensino.

**II** - comunicação;

**III** - produção e divulgação de material educativo;

**IV** - gestão participativa e compartilhada;

**V** - desenvolvimento de programas e projetos, acompanhamento e avaliação.

**Parágrafo único.** Nas atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e os objetivos fixados por esta lei.

**Art. 9º.** A formação de recursos humanos tem por diretrizes:

**I** - a incorporação da dimensão socioambiental na formação, especialização e atualização de educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

**II** - a incorporação da dimensão socioambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

**III** - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental e de outros campos na área socioambiental;

**IV** - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à questão socioambiental.

**Parágrafo único.** As ações de estudos, pesquisas e experimentação voltar-se-ão para:

**I** - o desenvolvimento de tecnologias sociais, instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão socioambiental, de forma multi, inter e transdisciplinar nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

**II** - a construção de conhecimentos e difusão de tecnologias limpas/alternativas;

**III** - o estímulo à participação da sociedade na formulação e execução de pesquisas relacionadas à questão socioambiental;

**IV** - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de formação na área socioambiental;

**V** - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo e informativo.

**SEÇÃO II**  
**DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL**

**Art.10.** Entende-se por Educação Ambiental formal no âmbito escolar, aquela desenvolvida no campo curricular das instituições escolares públicas, privadas e comunitárias de ensino englobando:

**I** - educação básica;

**II** - educação especial;

**III** - educação profissionalizante;

**IV** - educação de jovens e adultos;

**V** - educação superior.

**Art. 11.** A Educação Ambiental no âmbito escolar deve respeitar e valorizar a história, a cultura e o

ambiente para criar identidades, fortalecendo a cultura local e reduzindo preconceitos e desigualdades.

**§ 1º.** A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, devendo ser inserida de forma transversal no âmbito curricular.

**§ 2º.** Os professores devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Municipal de Educação.

**Art. 12.** As atividades pedagógicas teórico-práticas devem priorizar questões relativas:

**I** - ao meio ambiente local:

**a)** ouvida a respectiva comunidade na identificação dos problemas e busca de soluções;

**b)** ouvidas as Unidades de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

**II** - à realização de ações de sensibilização e conscientização.

**§ 1º.** As Instituições de Ensino inseridas:

**I** - em áreas de Gerenciamento de Recursos Hídricos deverão implementar atividades de proteção, defesa e recuperação dos corpos d'água;

**II** - em Unidades de Conservação ou em seu entorno deverão incorporar atividades que valorizem a integração, o envolvimento e a participação na realidade local.

**§ 2º** Estimular vivências nos meios naturais por meio de visitas monitoradas e estudos de campo para que estas se tornem concretas na formação do entendimento de ecossistema e suas inter-relações.

### SEÇÃO III

#### EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL

**Art. 13.** Entende-se por Educação Ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, conscientização, mobilização e formação coletiva para proteção e defesa do meio ambiente e melhoria da qualidade da vida.

**Art. 14.** O Poder Público Municipal incentivará e criará instrumentos que viabilizem:

**I** - a difusão, nos meios de comunicação de massa, em programas e campanhas educativas relacionadas ao meio ambiente e tecnologias sustentáveis;

**II** - a educomunicação e o desenvolvimento de redes, coletivos e núcleos de Educação Ambiental;

**III** - a promoção de ações educativas, por meio da comunicação, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos em produções dos próprios educandos para informar, mobilizar e difundir a Educação Ambiental;

**IV** - a ampla participação da sociedade, das instituições de ensino e pesquisa, organizações não-governamentais e demais instituições na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à Educação Ambiental não-formal;

**V** - o apoio e a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com as organizações não governamentais;

**VI** - o desenvolvimento do turismo sustentável;

**VII** - o desenvolvimento de projetos ambientais sustentáveis, elaborados pelos grupos e comunidades;

**VIII** - a Educação Ambiental de forma compartilhada e integrada aos Conselhos de Meio-Ambiente, Educação, Saúde e demais políticas públicas;

**IX** - a adoção de parâmetros e de indicadores de melhoria da qualidade da vida e do meio ambiente nos programas e projetos de Educação Ambiental em todos os níveis de atuação.

**Art. 15.** As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por verba própria consignada no orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ourinhos, 13 de fevereiro de 2020.

**LUCAS POCAV ALVES DA SILVA**  
Prefeito Municipal